



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Diretrizes Ambientais

Luciene Ferreira Pedrosa

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2019

Resolução CNPE nº 17/2017



Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares



Manifestação Conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente (ou delegadas)



Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, quando pertinente



Antecipação e solução de possíveis conflitos ainda na etapa de definição de blocos

Manifestação Conjunta

RODADA
Brasil 16
CONCESSÕES DE PETRÓLEO E GÁS



Ibama e ICMBio

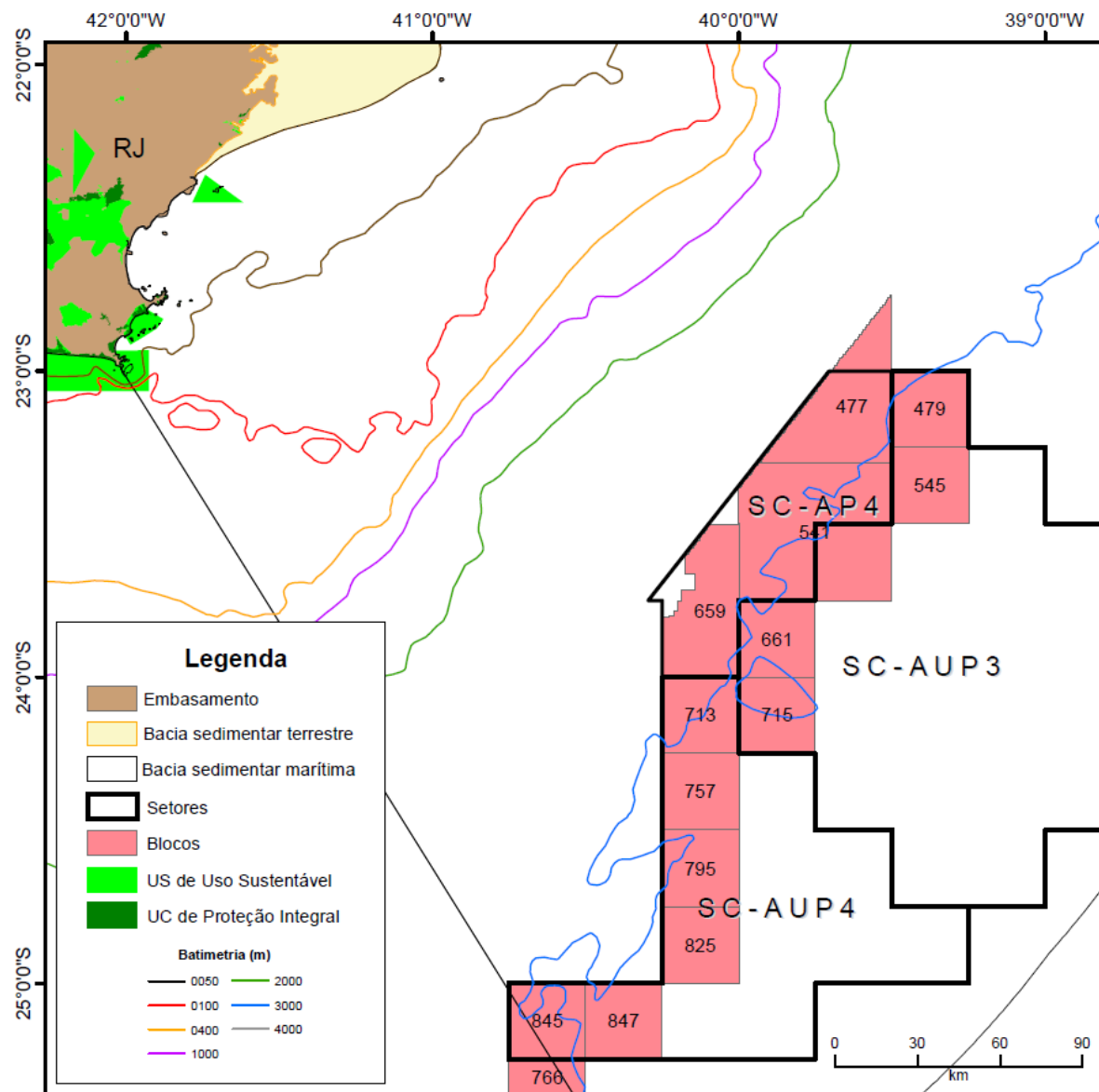


Manifestação Conjunta ANP/IBAMA



Todas os blocos exploratórios em oferta na 16ª Rodada de Licitações foram considerados aptos

Bacia de Campos



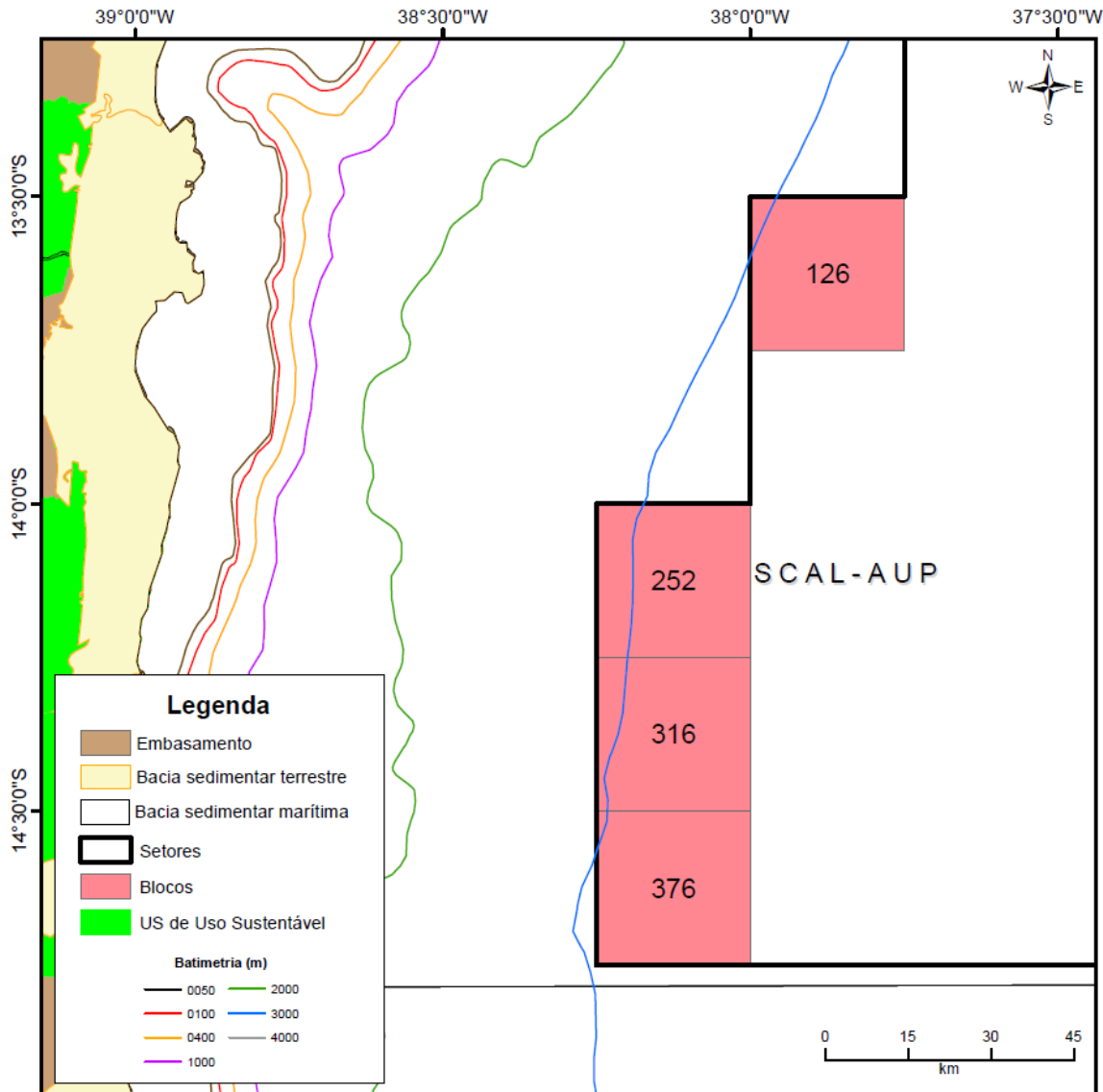
Principais questões, na fase exploratória, que serão consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Impactos sobre a pesca
- Presença de bancos biogênicos de algas e corais
 - Impactos cumulativos de muitas atividades concomitantes sobre a qualidade do sedimento marinho
- Cenários com alta probabilidade de toque na costa

Os PEIs deverão contemplar análises robustas de vulnerabilidade com especial atenção às unidades de conservação e às espécies ameaçadas presentes na área, para o qual poderão ser exigidos recursos adicionais àqueles previstos na Resolução Conama nº 398/08

Sobreposição com o polígono de 27 espécies ameaçadas de extinção, porém, sem registro de ocorrência

Bacia de Camamu-Almada

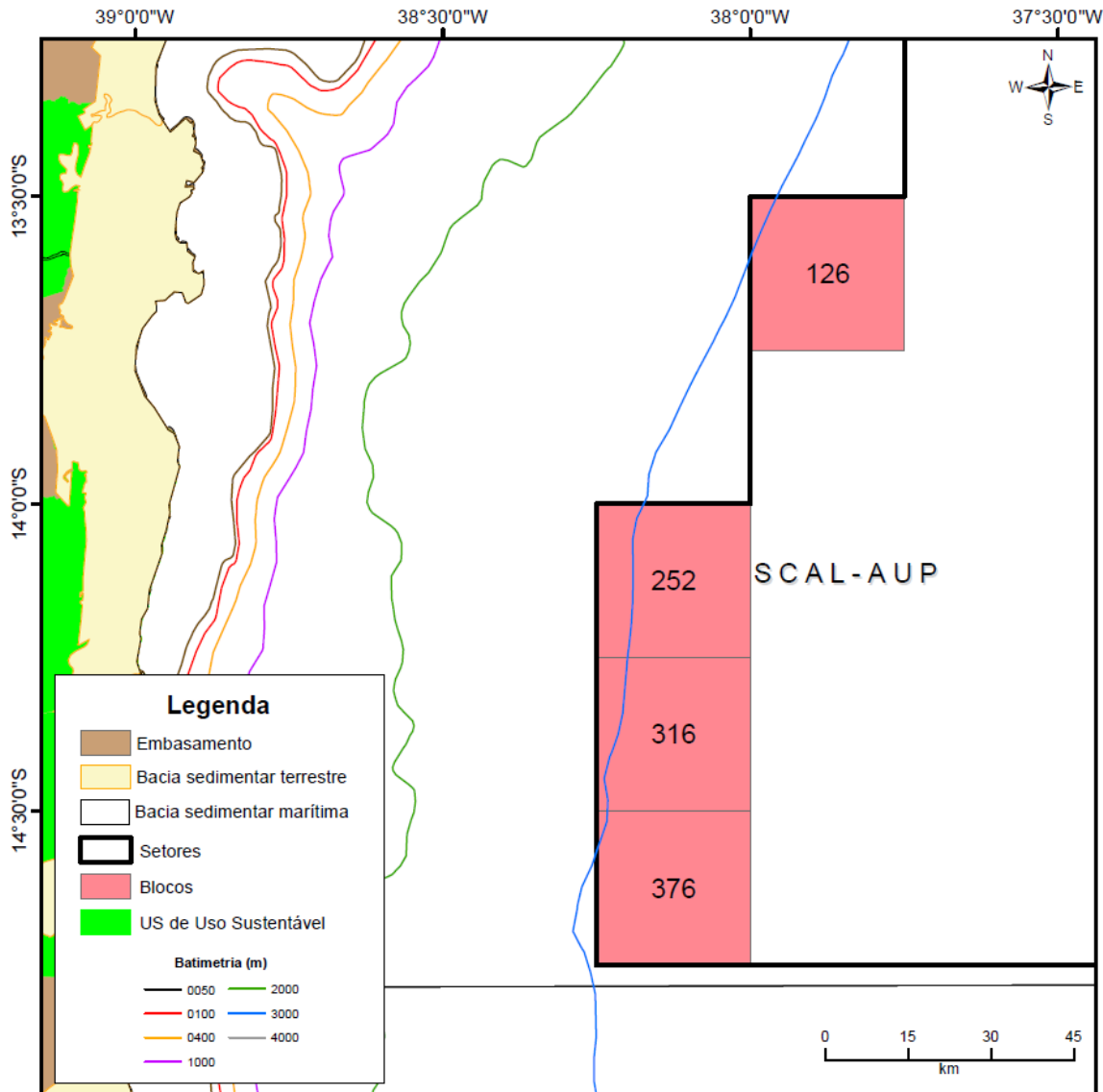


A localização, as condições meteoceanográficas e a sensibilidade ambiental da bacia trazem grande complexidade para o licenciamento ambiental, já verificada nos projetos licitados

As modelagens de dispersão de óleo têm demonstrado que, em caso de acidentes:

- Os impactos podem atingir o litoral da Bahia e o complexo recifal do Banco de Abrolhos
 - Poucas horas de toque na região costeira
 - Probabilidade de toque em manguezais e recifes de corais, com importante fauna endêmica e ameaçada associada, bem como pesqueiros relevantes para a pesca artesanal

Bacia de Camamu-Almada



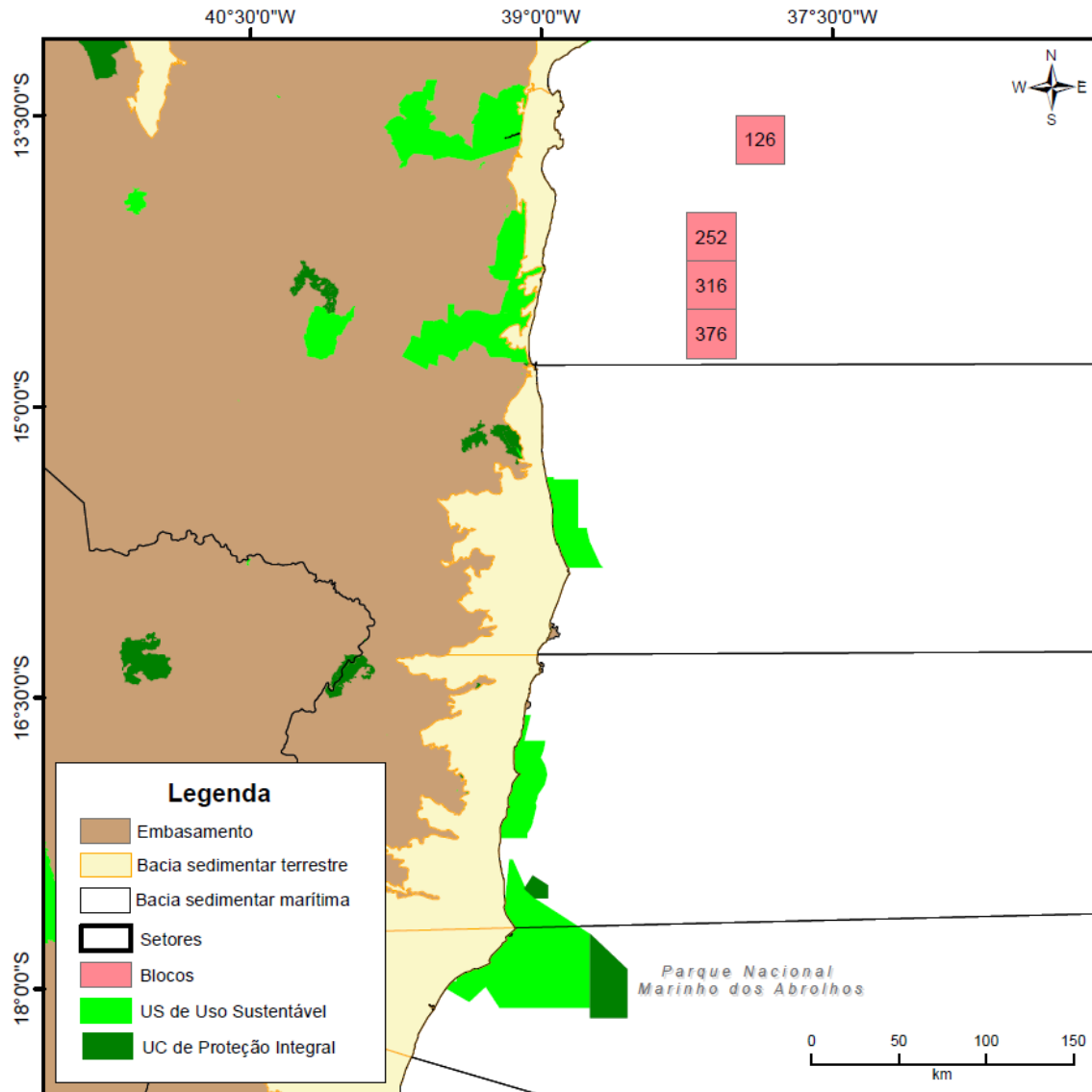
Principais questões, na fase exploratória, que serão consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Cenários com alta probabilidade de toque na costa

Os PEIs deverão contemplar análises robustas de vulnerabilidade com especial atenção às unidades de conservação e às espécies ameaçadas presentes na área, para o qual poderão ser exigidos recursos adicionais àqueles previstos na Resolução Conama nº 398/08

Sobreposição com o polígono de 28 espécies ameaçadas de extinção, porém, sem registro de ocorrência

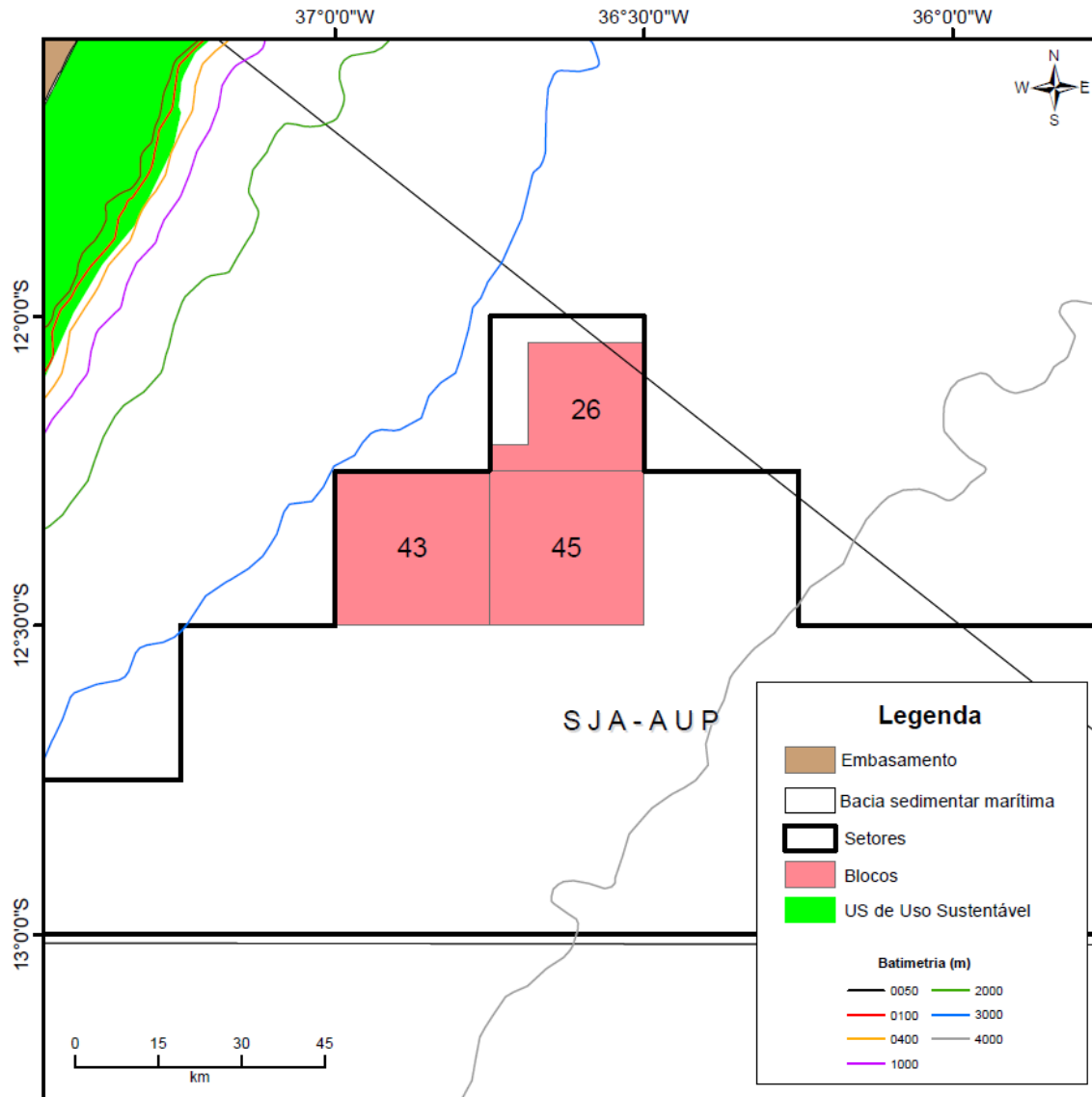
Bacia de Camamu-Almada



Não se pode descartar *a priori* a viabilidade ambiental dos blocos, uma vez que depende das características do projeto e da capacidade de mitigação a ser apresentada pelo operador

Realização futura de uma avaliação de caráter estratégico, como a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS)

Bacia de Jacuípe



A elevada sensibilidade ambiental da bacia traz grande complexidade para o licenciamento ambiental

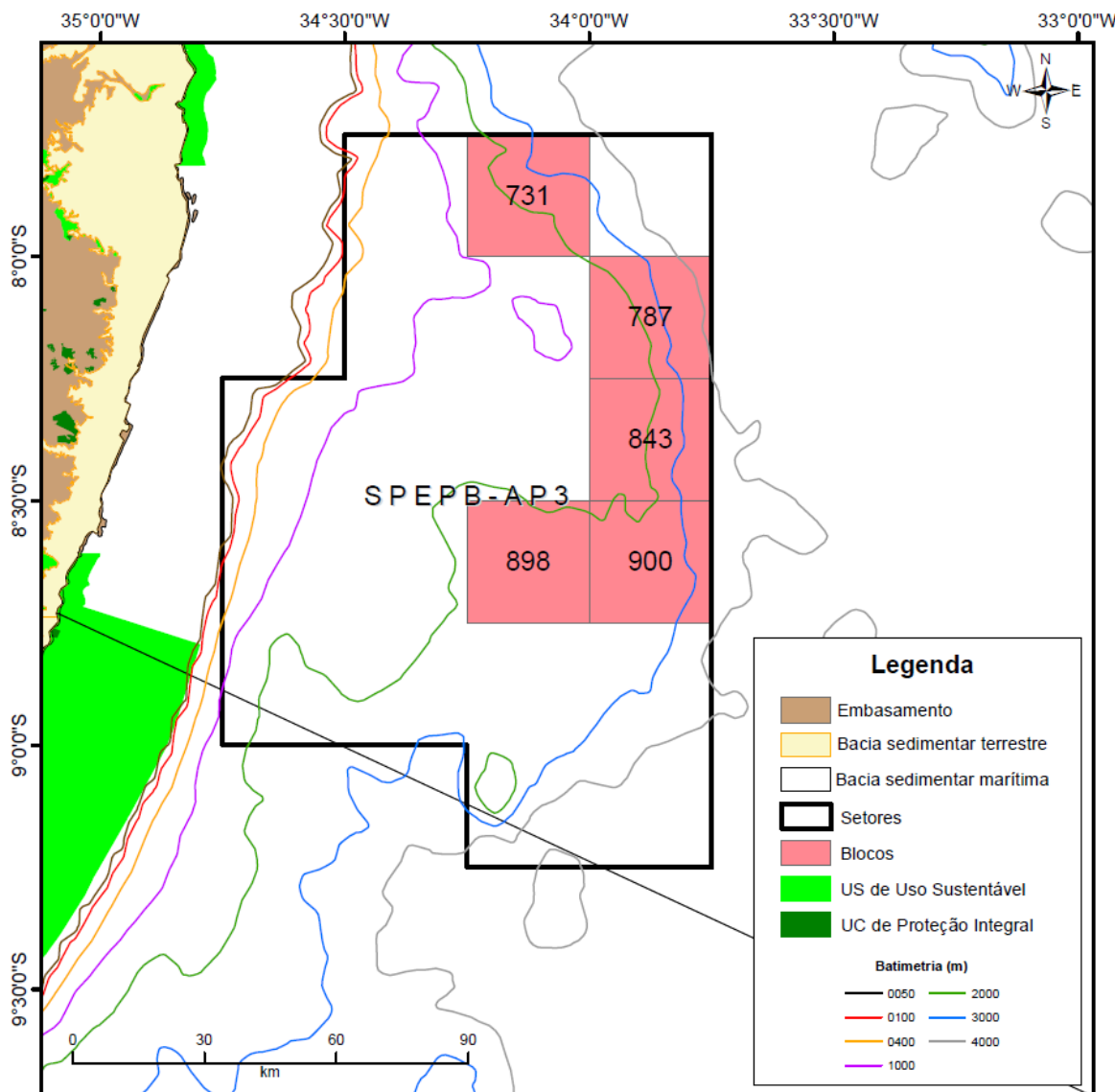
Principais questões, na fase exploratória, que serão consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Cenários com alta probabilidade de toque na costa

Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) em andamento: diretrizes para o licenciamento ambiental deverão ser observadas

Sobreposição com o polígono de 26 espécies ameaçadas de extinção, porém, sem registro de ocorrência

Bacia de Pernambuco-Paraíba

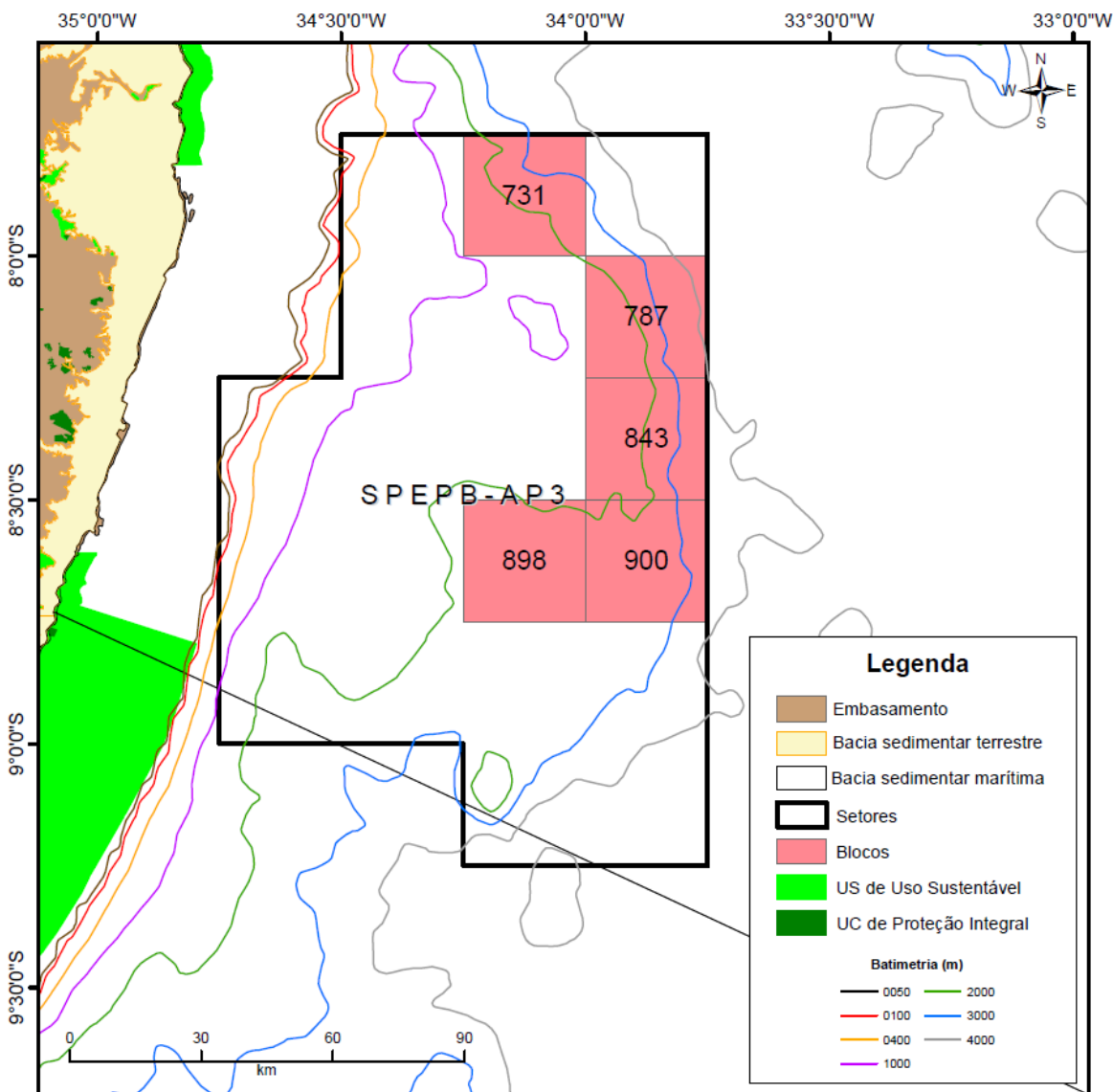


Realização de estudos consistentes de modelagem de dispersão de óleo

Os PEIs deverão contemplar análises robustas de vulnerabilidade com especial atenção às unidades de conservação

Deverão ser previstos mecanismos eficazes para proteção da fauna e recolhimento, reabilitação e soltura dos indivíduos aptos no caso de contaminação por óleo

Bacia de Pernambuco-Paraíba

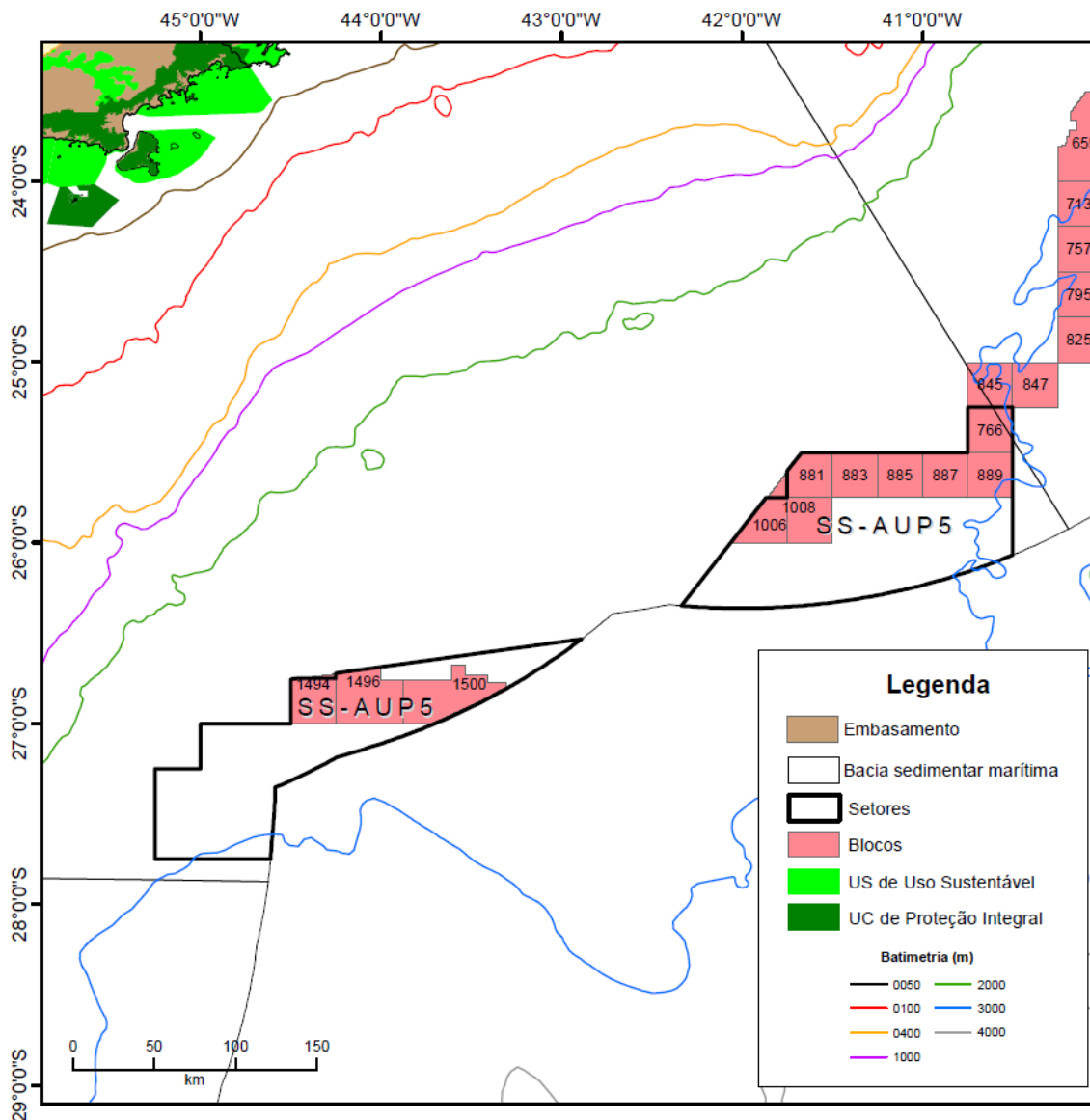


Obtenção de dados primários, tanto oceanográficos quanto biológicos

Levantamento e mapeamentos de áreas de agregação do sirigado e sua relação com a dinâmica das frotas pesqueiras

Os estudos ambientais deverão contemplar a análise de impactos sinérgicos e cumulativos, considerando as áreas protegidas e demais áreas sensíveis, para que as medidas mitigadoras e compensatórias sejam estabelecidas com maior precisão

Bacia de Santos



Principais questões, na fase exploratória, que serão consideradas para avaliação da viabilidade ambiental:

- Impactos sobre a pesca
- Impactos cumulativos de muitas atividades concomitantes sobre a qualidade do sedimento marinho
- Cenários com alta probabilidade de toque na costa

Os PEIs deverão contemplar análises robustas de vulnerabilidade com especial atenção às unidades de conservação e às espécies ameaçadas presentes na área, para o qual poderão ser exigidos recursos adicionais àqueles previstos na Resolução Conama nº 398/08

Sobreposição com o polígono de 22 espécies ameaçadas de extinção, porém, sem registro de ocorrência

Diretrizes Ambientais

Publicado: Terça, 09 de Abril de 2019, 15h42 | Última atualização em Sexta, 17 de Maio de 2019, 14h29 | Acessos: 774



Para cumprimento ao disposto na Resolução CNPE nº 17/17, as áreas ofertadas nas rodadas de licitações promovidas pela ANP são previamente analisadas quanto à viabilidade ambiental pelos órgãos ambientais competentes.

O objetivo desse trabalho conjunto é eventualmente excluir áreas por restrições ambientais em função de sobreposição com áreas onde não é possível ou recomendável a ocorrência de atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural.

Como resultado dessa análise são elaborados pareceres pelos órgãos ambientais contendo algumas diretrizes, que permitem ao futuro concessionário a inclusão da variável ambiental em seus estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos de E&P de petróleo e gás natural.

Bacias Marítimas

O licenciamento ambiental das atividades marítimas e em zona de transição de E&P é realizado pelo [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis](#) (Ibama), por meio da CGMAC (Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros).

- [Licenciamento Ambiental](#)

Documentos:

[Manifestação Conjunta MME-MMA](#)

[Informação Técnica nº 7/2019-COPROD/CGMAC/DILIC](#)

[Nota Técnica nº 12/2019/COESP/CGCON/DIBIO/ICMBio](#)

[Ofício nº 209/2019/SSM-e-ANP](#)

[Nota Técnica Conjunta nº 02/SSM/AGR/2019](#)

[Ofício nº 248/2019/GABIN](#)

[Parecer Técnico nº 22/2019-DILIC](#)

[Nota da ANP sobre a oferta de blocos na 16ª Rodada de Licitações localizados nas bacias de Jacuípe e Camamu-Almada](#)

www.rodadas.anp.gov.br

Pacote de Dados

Considerações Finais

A Manifestação Conjunta:



- Antecipa recomendações para o licenciamento ambiental na forma de condicionantes e medidas de mitigação
- Não substitui o processo de licenciamento ambiental (atribuição do Ibama)

Papel da ANP:



- Exigência de implementação de um sistema de gestão da segurança operacional
- Avaliação do cumprimento dos programas exploratórios
- Salas de Situação dos processos de licenciamento ambiental → otimização do processo
- Realização de treinamentos técnicos com órgãos ambientais
- Contratação das AAAS e participação no Comitê Técnico de Acompanhamento (CTA)



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Obrigada!

Contato: rodadas@anp.gov.br

www.anp.gov.br

<http://rodadas.anp.gov.br/pt/16-rodada-de-licitacao-de-bloco/diretrizes-ambientais>